
BIÓLOGOS E RAÇAS

André Pichot
Tradução de Luiz Felipe M. Candido

As declarações de J-M. Le Pen sobre a desigualdade das raças e *The Bell Curve* de R.J. Herrnstein e C. Murray nos valeram, da parte de grandes biólogos e outros intelectuais, algumas considerações que podemos classificar em dois grupos: um caracterizado pela reunião de outubro de 1996 no museu do Homem onde François Jacob *et al.* declararam que a raça é um ‘falso conceito’¹; o outro pelo artigo de N. Block em *La Recherche*², que se esforça para denodar os argumentos atribuindo aos negros uma inteligência hereditariamente inferior.

Antes de tudo, combater o racismo deixando entender que as raças não existem é uma inépcia. Todo mundo sabe pela experiência corrente que existem brancos, negros, amarelos, e que se pode mesmo fazer algumas distinções no interior desses grupos; e todo mundo sabe que esses grupos são chamados ‘raças’. A existência mesma dos mestiços, frequentemente utilizada para apoiar a unicidade da espécie humana, implica a diversidade de raças. Sem raças, sem mestiços; e sem possibilidade de mestiçagem, nada de raças, mas espécies diferentes.

Des biologistes et des races, La Recherche, n° 295, Février 1997. Artigo disponível online em: <http://www.larecherche.fr/content/recherche/article?id=20483> . André Pichot é professor e pesquisador na área de história e filosofia da biologia na Universidade de Nancy. Luiz Felipe M. Candido é mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹ Os participantes desta reunião eram Luca Cavalli-Sforza, Alberto Piazza, André Langaney, Axel Kahn, Jean Dausset, Jacques Ruffié e François Jacob.

² “Race, gènes et QI”, *La Recherche* de janeiro de 1997.

Os títulos prestigiosos dos geneticistas reunidos no museu do Homem podem impressionar, e se achará presunçoso o historiador das ciências que pretende que esse areópago diga besteiras. O historiador tem, entretanto, a grande vantagem de ter lido o que escreveram os ilustres predecessores de nossas glórias atuais. É uma leitura frequentemente perturbadora, mas um excelente remédio contra o cientismo, e isso permite decifrar os discursos dos cientistas contemporâneos.

Se, sob a influência da genética molecular, deixa-se entender que as raças não existem, é simplesmente porque essa noção taxonômica não tem nem sentido nem utilidade nessa disciplina; é improvável, então, que a encontremos ali. Inversamente, no início do século, biometristas e geneticistas de populações exaltaram as raças e proclamaram sua desigualdade, simplesmente porque era uma noção-chave em suas teorias. A genética das populações era então dominante e impunha suas visões; hoje a genética molecular a eclipsou, e é seu discurso que prevalece (incluindo a genética de populações).

A aceitação social dessas teorias é um problema diferente. Em seu tempo, a tese dos geneticistas de populações tinha mais chances de ser aceita do que tem hoje aquela dos geneticistas moleculares, apesar de melhor intencionados, mas, infelizmente, cheia de contradições. Que no museu do Homem nossos cientistas se tenham mostrado desprezadores do pangenetismo e que, no mesmo impulso, eles tenham evocado os genes para negar a diversidade de raças, eis aí toda a intriga. Nós não vivemos em um mundo de genes, mas em um mundo de homens, e este é irredutível àquele. Que a noção de raça (ou de espécie, de gênero, etc.) não possa ser apreendida pela genética molecular, é uma coisa; que haja raças em taxonomia, em antropologia, ou no mundo humano onde nós vivemos é uma outra; e nesse domínio a verdade não pertence ao reducionismo molecular.

O que está em questão no racismo, não é a diversidade das raças humanas, é a igualdade dos direitos dos indivíduos, seja qual for sua raça. Não se trata então de negar as diferenças individuais ou raciais por uma farsa genética qualquer, mas mostrar que a igualdade dos direitos lhes transcende.

Pretender combater o racismo afirmando, em nome da genética e contra o senso comum, que as raças não existem, é implicitamente fundar a igualdade dos direitos sobre a relativa unicidade genética da espécie humana. Quer dizer, retomar, invertendo-

a, a tese racista que pretende fundar a desigualdade sobre diferenças anatômicas, e justificar essa inversão por um preconceito reducionista, querendo que os genes tenham uma dignidade superior àquelas (o que é verdade apenas em genética, não em anatomia nem nas relações sociais, onde a cor da pele importa mais que o gene da melanina). A fragilidade do procedimento é tanto mais flagrante que os mesmos biólogos repetidas vezes fizeram o elogio da diversidade genética para justificar o direito à diferença.

Nos dois casos, unidade ou diversidade genética, é um absurdo. A igualdade dos direitos não deve nada à biologia, e a opinião dos geneticistas sobre a questão não tem nenhuma importância; ela, aliás, foi altamente mutável, e seria cruel lembrar o que escreveram sobre esse assunto os grandes mestres da disciplina (notemos simplesmente que Weismann, o inventor dos principais conceitos da genética, era membro do comitê de honra da Sociedade Alemã de Higiene Racial).

Os biólogos falam um pouco mais justamente quando eles afirmam que não foi jamais possível (e não é por falta de ter procurado) relacionar raças e capacidades intelectuais, nem mesmo atribuir uma origem genética a essas capacidades. É efetivamente do que se trata, de maneira explícita, em *The Bell Curve* e, de maneira implícita, na afirmação LePenasca da desigualdade das raças (os negros correm mais rápido que os brancos, então eles têm um cérebro menor). E, se uma suposta desigualdade intelectual é assim avançada, é para promover uma desigualdade de direitos.

No entanto, podemos achar um pouco rebuscado o método usado pelo artigo de N. Block para invalidar esse racismo pseudo-biológico. É infinitamente mais simples sublinhar que a noção de quociente intelectual tem apenas um interesse relativo. Alguns testes permitem, no limite, apreciar a aptidão de um indivíduo em cumprir uma tarefa determinada, mas certamente não ‘medir sua inteligência’ (supondo que isso tenha algum sentido). Nos testes gerais, questões e respostas representam duas coisas diferentes: as questões traduzem a inteligência dos desenvolvedores do teste (ou a ideias que eles têm de inteligência), e as respostas quantificam a capacidade que o avaliado tem de se dobrar às fantasias dos ditos desenvolvedores.

Uma vez isso posto, podemos, se tivermos tempo para perder, interessarmo-nos pelos métodos utilizados pela autoproclamada ‘genética dos comportamentos’. Mas, é, em minha opinião, mais rápido e mais justo ver as coisas da seguinte maneira.

Primeiramente, abordagens estatísticas não valem nada quando não se baseiam em um modelo fisiológico Ñ, ao menos em esboço. Na primeira metade do século, elas demonstravam, duro como ferro, a inelutável degenerescência física e intelectual da humanidade, por falta de seleção natural; hoje, nota-se uma real melhora na saúde e na duração da vida nos países onde não há mais ‘seleção natural’, e mesmo Ñ, segundo N. Block, e o que quer que isso signifique, Ñ uma elevação geral do quociente intelectual. Em segundo lugar, a hereditariedade científica quase não ultrapassa a sequência primária das proteínas; tudo o que vem depois, em fisiologia e *a fortiori* em psicologia, é praticamente uma *terra incógnita* onde, malgrado suas pretensões imperialistas, a genética é apenas uma meia-ciência (sendo generoso). A conclusão se impõe por si mesma sobre o valor das demonstrações estatísticas da hereditariedade da inteligência.

Essas demonstrações (e sua refutação) são aliás inúteis para o que nos interessa aqui, pois a igualdade dos direitos não se funda sobre as capacidades intelectuais mais do que sobre a cor da pele ou o genoma. Em democracia, os inumeráveis idiotas têm os mesmos direitos que os gênios (ao menos tão numerosos), e pouco importa que a imbecilidade e a genialidade sejam devidos à hereditariedade, à educação ou ao álcool.

Aqueles que se desolam poderão sempre meditar sobre a nocividade respectiva dos idiotas e dos meio sábios: na primeira metade do século, e na louvável intenção de melhorar a humanidade e seu precioso patrimônio genético Ñ, com o qual os idiotas não se importavam nem um pouco Ñ, é a fina flor da biologia que achou bom justificar ‘cientificamente’ a segregação das raças ‘inferiores’, e levou numerosos governos a adotar as leis eugenistas graças às quais foram esterilizados algumas centenas de milhares de doentes, de delinquentes, de inconvenientes e não rentáveis; o que não teve evidentemente nenhum efeito sobre a saúde e a moralidade públicas, mas inspirou Hitler seu programa político (o qual, contrariamente a uma lenda bem cômoda, deve muito mais ao panteão da biologia do que ao pobre Gobineau, bode expiatório habitual na matéria)³.

Tudo isso foi enterrado sob uma boa camada de molecularismo salpicado de grandes declarações humanistas e bem-pensantes, mas hoje os cadáveres saem do armário, e o weismanno-darwinismo ideológico ressuscita: com seus velhos esquemas cheios de furos, geneticistas e evolucionistas afundam na genetomania e, como por

³ André Pichot, *L'eugénisme ou les généticiens saisis par la philanthropie*, Hatier, 1995.

acaso, o biologismo ressurgiu na extrema-direita onde o racismo e o eugenismo ‘científicos’ encontram uma nova juventude.

Nesse caso, a última palavra fica para os filósofos do direito. Como eles silenciam e abandonam o terreno aos biólogos (o que é sobretudo preciso não fazer), eu tentarei, de alguma maneira, substituí-los, avançando que, se as qualidades objetivas (físicas e intelectuais) dos homens podem ser diferentes, de maneira hereditária ou de maneira adquirida, isso não atinge os homens em seu ser mesmo, porque os ditos homens não se reduzem a um conjunto de qualidades objetivas; não são objetos, ‘recursos humanos’ que se avalia a rentabilidade ou a contribuição ao progresso. Nisso, eles não são desiguais nem diferentes, são incomparáveis. E é porque eles são incomparáveis, que eles são iguais, mas de uma igualdade que não se funda nem sobre a medida nem sobre a comparação: a igualdade em dignidade e em direitos. Os critérios biológicos não têm aqui nenhum interesse, nem os geneticistas (salvo em servir para afirmar políticos duvidosos, em um ping-pong ideológico de onde nada pode sair de bom).